

Amc X

Coluna do Castello

Ministros começam a cair na realidade

Se o presidente José Sarney ignorasse os trabalhos da Constituinte e preparasse para mandar ao Congresso proposta orçamentária fundada nos pressupostos constitucionais vigentes, que aconteceria? — pergunta o ministro Ronaldo Costa



Couto, chefe do Gabinete Civil. E ele mesmo responde: iriam dizer que o presidente rejeita a nova Constituição e não iria aplicá-la, com todas as conotações políticas decorrentes de tal colocação.

A seu ver os ministros de Estado que compareceram à reunião ministerial e ouviram o chefe do governo e o ministro do Planejamento passaram automaticamente a entender que não podem mais raciocinar com a situação de hoje mas sim com a realidade de amanhã. Não faz sentido lutar para obtenção de recursos orçamentários para execução de programas que deixam de existir ou se transferem para outras áreas da administração pública. O governo não vai ter dinheiro para manter esses programas.

Isso não significa que programas de investimentos essenciais estejam sendo abolidos. O governo federal continuará a investir, por exemplo, na produção de energia hidrelétrica, de acordo com os planos elaborados pelo ministro Aureliano Chaves. No próximo mês será inaugurada a usina de Itaparica, as obras de Xingó continuam, o linhão ligando o sistema da Amazônia ao sistema do Nordeste será construído, os projetos da Cemig — todos eles com a cooperação do Banco Mundial — manterão o ritmo de investimentos na área. A Petrobrás igualmente continuará a investir no seu programa de pesquisa e extração de óleo. Só os programas nucleares é que caem de ritmo.

Diz o ministro que as prioridades é que se tornaram mais rigorosas, dada a redução dos recursos à disposição do governo federal. Cabe aos ministérios atender ao apelo do presidente e reunir suas equipes técnicas para compatibilizar suas propostas com a realidade definida pela corajosa decisão do presidente de ajustar o processo administrativo e de investimentos ao esquema de distribuição de rendas estabelecido pela nova Constituição. O projeto do "desmonte", definido pelo deputado Francisco Dornelles como "o mais competente, sério e importante trabalho elaborado, durante os últimos anos, na área financeira federal", ajusta-se ao pensamento dominante entre os economistas conservadores, entre os quais é recebido como um avanço no rumo do ajustamento financeiro do Estado às necessidades de recuperação da economia nacional.

Resta saber se o Congresso está preparado, depois de elaborada a nova Constituição, a comportar-se de acordo com as regras que, como constituintes, estabeleceram os representantes do povo. Elas eliminam a intermediação política entre o governo central, estados e municípios e podem ser o roteiro para dar efetividade, segurança e correção no convívio das diversas esferas de poder. A partir de agora vai-se apurar se as fontes de corrupção concentram-se apenas no Poder Executivo ou se traduzem vícios incontornáveis do sistema democrático brasileiro. O presidente da República terá dado o passo definitivo para pôr o Executivo federal na linha dos propósitos da Constituinte. Aos parlamentares cabe dar sequência à nova postura e dizer se se ajustam aos princípios que eles próprios definiram, como constituintes.